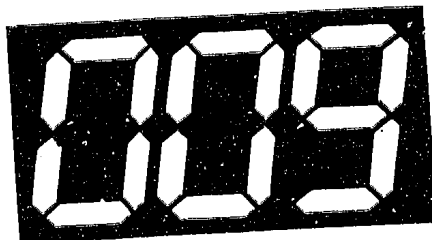


---

---

**FLASH**

**Nº**





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
TRIBUNAL DE CONTAS  
**CONTAS DE GESTÃO**  
**2002**

**\*\* Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro \*\***  
02/002076 **17.992-4/03**

**Dt. Cad** : 29/05/2003      **Of.:**      **Dt. Of.:** / /      **Nº Orig.:**  
**Origem** : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO RJ  
**Natureza** : OUTROS\*  
**Int. Principal** : MARCO ANTONIO BARBOSA DE ALENCAR.  
**Observação** : COPIA PROC TCE 104.025-103 (REF CONTAS DE GESTÃO GOVERNO ESTADO RIO DE JANEIRO - EXERCÍCIO 2003) PROC TCE 104667-1/03

**Nome: .....**

**\*\* Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro \*\***  
02/003673 **32.158-9/03**

Dt. Cad : 08/09/2003 Of.: Dt. Of.: / / Nº Orig.:  
 Origem : GABINETE DO GOVERNADOR  
 Natureza : PRESTAÇÃO DE CONTAS (DOC)\*  
 Int. Principal: ANTHONY WILLIAM GAROTINHO M DE OLIVEIRA  
 Espécie: .... Observação : DOCUMENTOS COMPLEMENTARES AO PROCESSO TCE/RJ 111.512-1/03 REF. AS  
 COPIA DAS CONTAS DE GESTÃO GOVERNO DO ESTADO RJ - EXERCÍCIO 2002  
 (ORIGINAL 104.687-1/03)

**Assunto:**

SUG



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
TRIBUNAL DE CONTAS

FONTE 12

EDUCAÇÃO

pag 14

mai 24 2003

2.0.13

Nome: .....  
02/001983

**\*\* Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro \*\***  
**106.025-1/03**

Dt. Cad : 14/05/2003 Of.: Dt. Of.: / / N° Orig.:  
Origem : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO RJ  
Natureza : RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESPECIAL  
Int. Principal : SUBSECRETARIA DE CONTROLE ESTADUAL  
Observação : INSPEÇÃO ESPECIAL REALIZADA SEGAB/SARE/REPREVIDENCIA/FREP  
DECIDIDO PROCESSO TCE 103741-6/03 (GASTOS COM EDUCACAO)

Especie:

Assunto: .....

TCE/RJ  
Processo: 106.025-1/03  
Rubrica: *[assinatura]* Fls.: 2

**RELATÓRIO DE INSPEÇÃO  
ESPECIAL REALIZADA  
CONFORME AUTORIZAÇÃO NO  
PROCESSO TCE/RJ nº 103.741-  
6/03, RELATIVO À SOLICITAÇÃO  
DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
CONSELHEIRO MARCO ANTONIO  
BARBOSA DE ALENCAR**

**Senhor Subsecretário-Adjunto de Controle Estadual,**

Os servidores Adriana Jacob, matrícula nº 02/3127, Alexandre de Almeida Santos, matrícula nº 02/2797 e Heloisa Helena F. de M. G. Barbosa, matrícula nº 02/2938, designados através dos Ofícios nº 1206/03 - GAP/SGE, nº 1207/03 - GAP/SGE, nº 1208/03 - GAP/SGE e nº 1209/03 - GAP/SGE, de 01/04/03 (anexo 01 - Doc. TCE/RJ nº 16.057-3/03), conforme o autorizado pelo Exmº Senhor Presidente desta Corte no processo TCE nº 103.741-6/03, procederam à presente Inspeção Especial, e após efetuadas as verificações necessárias, vem, na forma que segue, apresentar o seu

**RELATÓRIO**

## SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	4
2 - PONTOS NORTEADORES DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO .....	5
3 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À MATÉRIA .....	6
5 - DO APURADO NO TRABALHO DE CAMPO.....	8
5.1 - SECRETARIA EXECUTIVA DO GABINETE DO GOVERNADOR - SEGAB .	8
5.2 - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO -	
SARE .....	10
5.3 - FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -	
RIOPREVIDÊNCIA.....	16
5.4 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIÇO PÚBLICO - FESP .....	17
6 - DO ATENDIMENTO AO OFÍCIO GC-4 Nº 021/03 .....	21
6.1 - SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL -	
SEMADS .....	21
6.2 - EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMOP .....	22
7 - CONCLUSÃO.....	22

## 1 - INTRODUÇÃO

A presente Inspeção Especial teve sua origem na solicitação de pronunciamento por parte da Secretaria-Geral de Controle Externo acerca da natureza dos gastos realizados com Educação no exercício de 2002, formulada pelo Exmo. Senhor Conselheiro Marco Antonio Barbosa de Alencar através do OFÍCIO GC-4 nº 022/03, de 01/04/03.

Tal requerimento foi motivado por levantamento efetuado pelo Gabinete do aludido Conselheiro onde se constatou a realização de despesas na função 12 - Educação por órgãos cujas atividades-fim não contemplam ações e serviços públicos de educação, razão pela qual destacou-se a necessidade de verificação nos Relatórios de Inspeção do período em tela ou junto ao jurisdicionados, conforme discriminados abaixo, a efetiva execução das mesmas.

- ♦ Secretaria Executiva do Gabinete do Governador - SEGAB
- ♦ Secretaria de Estado de Administração e Reestruturação - SARE
- ♦ Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: SEMADS
- ♦ Fundo Único de Previdência do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA
- ♦ Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro - FESP
- ♦ Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP

A Subsecretaria de Controle Estadual - SUE procedeu à formalização da referida solicitação, a qual constituiu o Processo TCE-RJ nº 103.741-6/03, informando que as verificações requeridas seriam realizadas em sede de Inspeções Ordinárias, que já se encontravam em andamento, e de Inspeção Especial, cuja determinação foi submetida à apreciação e autorizada pela Presidência em 01/04/03.

De posse das credenciais, em 16/04/03, esta Equipe de Inspeção apresentou-se aos responsáveis dos seguintes órgãos para dar início aos trabalhos (anexo 01 - Doc. TCE-RJ nº 16.057-3/03): Secretaria de Estado de Integração Governamental (atual denominação da antiga Secretaria Executiva do Gabinete do Governador - SEGAB), Secretaria de Estado de Administração e Reestruturação - 8/

TCE/RJ  
Processo: 106.025-1/03  
Rubrica: 8/ Fls.: 5

SARE, Fundo Único de Previdência do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA e Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro - FESP-RJ.

## **2 - PONTOS NORTEADORES DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO**

Durante o exame das Contas de Gestão do Governo do Estado do Rio de Janeiro relativas ao exercício de 2001, observou-se a execução de gastos na Função 12 - Educação por órgãos cujas atividades-fim não contemplavam despesas alinentes à referida função.

Considerou-se, durante os trabalhos, que tal execução poderia ser decorrente da Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários, figura instituída na administração pública do Estado do Rio de Janeiro no exercício de 2001, através da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 3.537/01, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 27.895/01, em seus artigos 53 a 59, especialmente no que diz respeito o artigo 55), conforme transcrição abaixo:

***" A realização de despesas na Função 12 - Educação, por estes entes da Administração Estadual, pode ser creditada ao fato de ter sido introduzido no Estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei Orçamentária Anual - Lei n.º 3.537/01, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 27.895/01, o instrumento da "Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários", que consiste na cooperação entre órgãos e entidades do orçamento, visando à consecução de um objetivo comum que resulte no aprimoramento da ação de governo.***

***Dispõe o artigo 55 do referido Decreto:***

***"Art. 55 - A execução descentralizada dos créditos orçamentários observará obrigatória e integralmente a consecução do objeto previsto no programa de trabalho consignado no orçamento, respeitada fielmente a classificação funcional, por fonte de recursos e por natureza de despesa".***

TCE/RJ  
Processo: 106.025-1/03  
Rubrica: 8 Fls.: 6

***Todavia, não foram apresentados nas presentes Contas de Gestão elementos que possibilitem a verificação do cumprimento deste dispositivo legal.***

Em razão da impossibilidade apontada, formulou-se determinação na Conclusão do Relatório do Conselheiro-Relator, José Maurício de Lima Nolasco, a fim de se verificar, por meio de Inspeção competente, se as despesas realizadas ocorreram na Fonte 000 – recursos ordinários não-vinculados e se corresponderam à aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Considerando que, no exercício de 2002, a Lei Orçamentária Anual (Lei nº 3.743, de 21/12/01), em seu art. 24 contemplou novamente a Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários, cuja regulamentação se efetivou mediante o Decreto nº 30.402, de 28/12/01, nos artigos 51 a 57, o Gabinete do Conselheiro Marco Antônio Barbosa de Alencar procedeu ao levantamento de tais dados, constatando-se a realização de gastos por órgãos cujas atividades-fim não prevêm ações e serviços de educação.

Dessa forma, procedemos à presente inspeção especial no intuito de averiguar se os gastos empreendidos correspondem a despesas efetivas de educação, em especial quanto à manutenção e desenvolvimento do ensino, que tenham sido realizadas com recursos ordinários não-vinculados (na fonte 00), de forma a serem considerados na aferição do percentual aplicado pelo Estado em Educação.

### **3 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À MATÉRIA**

A Constituição Federal em seu Capítulo III do Título VIII (da Ordem Social) cuida dos temas relacionados à Educação, Cultura e Desporto, reservando à Educação, especialmente, dez artigos, do 205 ao 214 (fls. 06/09 do anexo 2 – Doc. TCE-RJ nº 16.057-3/03), nesse capítulo; além de outros que se encontram esparsos pelo texto constitucional, como é o caso do artigo 242, ou o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que aborda no seu caput, a questão da erradicação do analfabetismo e da universalização do ensino fundamental e, no seu Parágrafo Único, a descentralização dos cursos das universidades públicas.



TCE/RJ  
Processo: 106.025-1/03  
Rubrica: W Fls.: 7

Complementarmente, a Lei nº 9.394, de 20/12/96 (fls. 10/32 do anexo 2 – Doc. TCE-RJ nº 16.057-3/03), adveio para estabelecer as bases e diretrizes da educação nacional, em particular, no tocante à disposição dos tipos de despesa que podem ou não ser caracterizadas como gastos em manutenção e desenvolvimento do ensino com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais, expressas nos artigos 70 e 71 deste Diploma Legal.

Outra norma que merece atenção nesta matéria diz respeito às disposições da Lei Federal nº 9.424, de 24/12/96 (fls. 33/38 do anexo 2 – Doc. TCE-RJ nº 16.057-3/03), que trata do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, onde novas limitações são impostas quando da aplicação de seus recursos em ações e serviços de ensino.

A nível estadual, as prerrogativas das ações e serviços desenvolvidos em educação estão disciplinadas nos artigos 306 a 308 da Constituição Estadual (fls. 39/44 do anexo 2 – Doc. TCE-RJ nº 16.057-3/03).

#### **4. – DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS**

Utilizamos o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estado e Municípios - SIAFEM/RJ a fim de identificar os gastos na função 12 dos órgãos já mencionados bem como os processos correspondentes. Com base no resultado obtido, selecionamos os processos abaixo relacionados. Ressaltamos que, com relação à FESP e ao RIOPREVIDÊNCIA, considerando o montante dos gastos realizados por aqueles entes e a grande quantidade de administrativos envolvidos, selecionamos, por amostragem, aqueles de maior valor bem como aqueles cuja tipicidade das despesas contrastava com gastos educacionais.

TCE/RJ  
Processo: 106.025-1/03  
Rubrica: 8 Fls.: 8

ÓRGÃO/ENTIDADE	TOTAL R\$	PROCESSOS	% SELECIONADO
SEIG	1.492.486,00	E-03/300154/01	100
SARE	583.319,82	E-01/400126/02 E-01/400155/02 E-01/400127/02 E-01/400199/02 E-01/400145/02 E-01/400161/02 E-01/9689/98 E-01/7646/99	100
FESP	8.786.141,56	E-01/503657/02 E-01/503023/02 E-01/506347/01 E-01/504354/02 E-01/505452/02 E-01/500027/02A	29
RIOPREVIDÊNCIA	624.197.636,25	E-01/300101/02	81

## **5 - DO APURADO NO TRABALHO DE CAMPO**

### **5.1 - SECRETARIA EXECUTIVA DO GABINETE DO GOVERNADOR - SEGAB**

Em atendimento ao solicitado por esta equipe, através do Ofício INSP.ESP. 01/03-SUE, a SEIG (atual denominação da extinta SEGAB) informou que as despesas realizadas na Função 12-Educação, durante o exercício de 2002, referem-se ao Projeto de Cooperação Técnica visando o Desenvolvimento de uma Cultura de Paz, bem como disponibilizou o administrativo E-03/300.154/01 (fls. 49 do anexo 3 - Doc. TCE 16.057-3/03).

De sua análise, verificamos que o citado administrativo trata de Projeto de Cooperação Técnica celebrado em 19/07/01 entre o Governo Federal, através da Agência Brasileira de Cooperação, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, na figura da Secretaria Executiva do Gabinete do Governador-SEGAB, e a UNESCO-Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, e contemplou a totalidade dos gastos realizados pelo Órgão na Função 12.

TCE/RJ  
Processo: 106.025-1/03  
Rubrica: *X* Fls.: 9

O objetivo desse Projeto é desenvolver e implementar, no Estado do Rio de Janeiro atividades e políticas públicas de educação, cultura e desenvolvimento social, direcionados para a construção de uma cultura de paz na sociedade fluminense, principalmente com e para jovens.

O valor total do Projeto montou a importância de R\$ 4.803.642,90, correndo à conta do Programa de Trabalho 12.122.0028.1150 – Incentivo a melhora da qualidade de ensino na rede estadual, Elemento de Despesa 4990.99, Fontes 00 e 05, conforme previsto no art. 8º do Título VI do referido instrumento.

Através da Resolução Conjunta SEE/SEGAB nº 70, de 03/04/02 (fls. 59/61 do anexo 3 – Doc. TCE 16.057-3/03), a SEE descentralizou, a favor da SEGAB, recursos no montante de R\$ 1.954.874,00 para execução do aludido Projeto, sendo R\$ 1.172.925,00 na fonte 00 e R\$ 781.949,00 na fonte 05.

A seguir evidenciaremos, em valores monetários, a execução orçamentária da despesa, por fonte de recursos:

	Fonte 00	Fonte 05	Total
EMPENHO EMITIDO	1.172.925,00	781.949,00	1.954.874,00
EMPENHO REFORÇO	0,00	0,00	0,00
EMPENHO ANULADO	(277.434,00)	(184.954,00)	(462.388,00)
DESPESA EMPENHADA	895.491,00	596.995,00	1.492.486,00
DESPESA LIQUIDADA	895.491,00	596.995,00	1.492.486,00
DESPESA A LIQUIDAR	0,00	0,00	0,00
DESPESA PAGA	618.057,00	596.995,00	1.215.052,00
CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFEM/RJ

Conforme informado pela SEIG (fls. 49 do anexo 3 – Doc. TCE-RJ nº 16.057-3/03), a documentação probatória das despesas decorrentes do Projeto de Cooperação Técnica celebrado por esta Pasta, com a UNESCO, encontra-se arquivada nesta última, à disposição do Governo do Estado.

#### Do Programa de Trabalho

De acordo com o informado anteriormente, a despesa executada pela SEGAB foi custeada com recursos advindos do Programa de Governo 0028-Nova Escola, originário da SEE, através da descentralização de créditos orçamentários. *X*

TCE/RJ  
Processo: 106.025-1/03  
Rubrica: 8 Fls.: 10

Verificamos que as ações desenvolvidas pela UNESCO encontram-se em consonância com as metas estabelecidas na Lei nº 3608, de 17/07/01, a qual dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002 (fls. 183 do anexo 3 – Doc. TCE-RJ nº 106.057-3/03).

#### **Do mérito**

A Lei nº 9394, de 20/12/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, disciplina, em seus artigos 70 e 71, as despesas que podem ou não ser consideradas como investimento na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Dentro de uma visão macro de Educação, o processo educacional não deve ser considerado apenas como uma tarefa burocrática limitada às atividades desenvolvidas em sala de aula, mas deve abranger outras dimensões educacionais que promovam o desenvolvimento pleno e em todos os aspectos do indivíduo, levando-o a refletir sobre o seu papel na sociedade em que vive. Neste sentido, entendemos que as ações desenvolvidas na implementação do Projeto de Cooperação em análise, apesar de não se enquadrarem de forma literal ao texto da lei, podem ser consideradas como investimento em educação.

#### **5.2 – SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO - SARE**

Em atendimento ao solicitado por esta equipe, através do ofício INSP.ESP. 02/03-SUE, a SARE informou, por meio das comunicações internas CI-CO/POF 08, de 24/04/03, e CI SARE/SUPRIM 110, de 28/04/03 (fls. 193 e 197 do anexo 4 – Doc. TCE-RJ nº 16.057-3/03), as despesas realizadas na função 12 por aquela Secretaria no exercício de 2002. Estas se dividem em dois grupos, a saber:

##### **5.2.1 – Despesas administrativas**

Segundo nos foi informado pela Diretora Geral de Administração e Finanças, Srª Maria das Graças, devido ao alto custo de manutenção do Edifício Estácio de Sá – Av. Erasmo Braga, 118, Centro, ocupado pela SARE e por outros órgãos da administração pública, houve a necessidade de promover o rateio dessas

TCE/RJ  
Processo: 106.025-1/03  
Rubrica: *X* Fls.: 11

despesas, ficando a SEE responsável pelo pagamento dos ascensoristas e manutenção dos elevadores, tendo em vista ocupar um espaço em torno de 1.200 m<sup>2</sup>, onde funcionam o Conselho Estadual de Educação e o setor de Inspeção Escolar.

Foram analisados dois processos relativos a este item, como descrito a seguir:

**E-01/7646/99**

Contrato assinado em 26/07/99 entre a SARE e a empresa Elevadores Otis Ltda., no valor total de R\$ 41.622,24 (R\$ 3.468,52/mês), para prestação de serviços de manutenção mensal em quatro elevadores da marca OTIS com troca de peças genuínas, a vigorar por 12 meses. (fls. 209 a 239 do anexo 4 – Doc. TCE-RJ nº 16.057-3/03)

O prazo de vigência do contrato foi prorrogado através dos Termos Aditivos 1 (26/07/00 a 25/07/01), 2 (26/07/01 a 25/07/02) e 3 (26/07/02 a 25/07/03), mantendo-se os valores originais.

**E-01/9689/98**

Contrato assinado em 23/08/99 entre a SARE e a empresa CNS Nacional de Serviços, no valor total de R\$ 58.176,00 (R\$ 4.848,00/mês), para prestação de serviços de oito ascensoristas para a condução dos quatro elevadores do Edifício Estácio de Sá com prazo de 12 meses. (fls. 240 a 273 do anexo 4 – Doc. TCE-RJ nº 16.057-3/03)

O 4º Termo Aditivo prorrogou o prazo de vigência do contrato por mais doze meses, a partir de 23/08/02, e alterou o valor mensal da prestação de serviços para R\$ 6.299,62.

Através das Resoluções Conjuntas SEE/SARE nºs 71 e 72, de 20/06/02 e 10/09/02 (fls. 195/196 do anexo 4 – Doc. TCE-RJ nº 16.057-3/03), respectivamente, a SEE descentralizou a favor da SARE recursos para execução dos dois contratos no período de junho a dezembro de 2002, a saber:

*X*

TCE/RJ  
 Processo: 106.025-1/03  
 Rubrica: *[assinatura]* Fls.: 12

Mês	Nota de Crédito	Valor R\$
Junho	2002NC00025	9.221,60
Julho	2002NC00026	9.221,60
Agosto	2002NC00028	9.768,14
Setembro	2002NC00030	9.768,14
Outubro	2002NC00032	9.768,14
Novembro	2002NC00036	9.768,14
Dezembro *	2002NC00048 **	(400,81)
<b>Total</b>		<b>57.114,95</b>

\* Neste mês não houve descentralização de recursos por parte da SEE.

\*\* Essa Nota de Crédito cancelou parte do saldo da 2002NC00036 tendo em vista comunicação feita pela SARE para atender ao que preceitua o Inc. I do art. 8 da Portaria CGE nº 8 da 11.11.02.

O total dos gastos com o pagamento dos ascensoristas e a manutenção dos elevadores do Edifício Estácio de Sá realizados pela SARE na Função 12, no exercício de 2002, se apresenta como segue:

	Fonte 00	Fonte 04	Total
EMPENHO EMITIDO	50.815,33	9.768,14	60.583,47
EMPENHO REFORÇO	0,00	0,00	0,00
EMPENHO ANULADO	(3.468,52)	0,00	(3.468,52)
DESPESA EMPENHADA	47.346,81	9.768,14	57.114,95
DESPESA LIQUIDADADA	47.346,81	9.768,14	57.114,95
DESPESA A LIQUIDAR	0,00	0,00	0,00
DESPESA PAGA	38.369,32	681,77	39.051,09
CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFEM/RJ

#### 5.2.2 - Despesas com aquisição de combustíveis

O Decreto 28.176, de 20/04/01, que dispõe sobre a descentralização dos créditos orçamentários para aquisição de combustíveis e seus derivados, instituiu o Sistema Integrado para Aquisição e Distribuição de Combustíveis e Derivados de Petróleo-SIADC objetivando racionalizar a aquisição, a distribuição e o controle do consumo de combustíveis e derivados de petróleo destinados ao órgãos e entidades integrantes da Administração Direta e Indireta do Estado. (fls. 198 do anexo 4 - Doc. TCE-RJ nº 16.057-3/03)

As normas para o funcionamento do SIADC foram estabelecidas pela Resolução SARE nº 2916, de 05/06/01, que, em seu artigo 2º, dispõe (fls. 201 do anexo 4 – Doc. TCE-RJ nº 16.057-3/03):

*"Art. 2º - A descentralização de créditos para a compra de Combustíveis e derivados de petróleo, a que se refere o art. 2º do Decreto nº 28.176, de , de 20/4/2001, será formalizada por Nota de Movimentação de Crédito-NC, emitida pelos órgãos/entidades integrantes do sistema, em favor da SUPRIM/SARE, UG 121600, Gestão 00001 e encaminhadas por Ofício de Superintendente de Suprimento de Bens e Serviços."*

Conforme dados extraídos do SIAFEM, relacionamos abaixo os entes vinculados à educação que, no exercício de 2002, descentralizaram recursos em favor da SARE objetivando a aquisição de combustíveis e derivados de petróleo.

Órgão/Entidade	UG	Programa de Trabalho	Processo
CECERJ	403100	12122000240660000	E-01/400126/02
FENORTE	404200	12122000240390000 12364003730250000	E-01/400127/02
UENF	404500	12122000243910000	E-01/400145/02
FAETEC	404400	12122000240690000	E-01/400155/02
SEE	180100	12122000220100000	E-01/400161/02
FESP	124100	12122000241160000	E-01/400199/02

Da análise efetuada nos processos acima identificados, bem como os respectivos administrativos de pagamento, destacamos:

- As Notas de Crédito eram encaminhadas, através de ofício, à SARE que procedia à aquisição dos combustíveis junto à PETROBRÁS Distribuidora S/A emitindo as competentes Notas de Empenho.
  - Os combustíveis eram entregues nos quartéis da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros em todo o Estado, que atestavam o seu recebimento.
  - A SARE emitia a Programação de Desembolso e os pagamentos eram efetuados através do Tesouro.
- [assinatura]*

TCE/RJ

Processo: 106.025-1/03

Rubrica: 8/ Fls.: 14

No que tange ao sistema de controle sobre a distribuição dos combustíveis, fomos informados pelo Coordenador de Transportes, Sr. Ruy Fraga Dantas, matr. 890.569-7, de que, mensalmente, os Órgãos integrantes do SIADC encaminham os processos de prestação de contas à SARE. Integram os referidos processos, os relatórios sobre a litragem utilizada, individualizados por viatura, bem como os Mapas Mensais de Abastecimento – MMA que, juntamente com os Boletins Diários de Transporte – BDT's, são exigidos do condutor do veículo a cada abastecimento realizado.

Consta do MMA, entre outras, as seguintes informações:

- Data, horário e local do abastecimento;
- Número dos tickets utilizados;
- Numeração do odômetro;
- Quantidade de litros abastecidos;
- Número do Boletim de Transporte Diário – BDT;
- Nome e matrícula do motorista;
- Nome e matrícula do abastecedor.

Segundo o Coordenador susomencionado, através do Mapa Mensal de Abastecimento-MMA, a SARE controla o consumo de combustível realizado por cada órgão integrante do SIADC, efetuando novas aquisições conforme a demanda e a respectiva disponibilização de créditos por parte do órgãos solicitantes.

Ademais, cabe ressaltar que, todas as viaturas utilizadas são previamente cadastradas no SIADC.

Uma vez não havendo tempo hábil para que esta Equipe procedesse ao levantamento de todos os controles existentes à época da realização das referidas despesas, assim como, realizar os testes necessários para comprovar sua eficácia, não se pode afirmar que os gastos realizados tenham sido ou não efetivamente utilizados em ações e serviços públicos de educação.

Apresentamos abaixo a síntese dos gastos com aquisição de combustíveis e derivados realizados pela SARE, na Função 12, no exercício de 2002, por Fonte de Recursos:

8/



TCE/RJ  
 Processo: 106.025-1/03  
 Rubrica: 18 Fls.: 15

	Fonte 00	Fonte 04	Fonte 10	Total
EMPENHO EMITIDO	70.830,00	22.050,00	5.000,00	97.880,00
EMPENHO REFORÇO	478.430,00	0,00	10.000,00	488.430,00
EMPENHO ANULADO	(57.547,86)	(2.287,80)	(69,67)	(59.905,13)
DESPESA EMPENHADA	491.512,34	19.762,20	14.930,33	526.204,87
DESPESA LIQUIDADADA	491.512,34	19.762,20	14.930,33	526.204,87
DESPESA A LIQUIDAR	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PAGA	281.490,41	0,00	4.927,68	286.418,09
CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFEM/RJ

A seguir, apresentamos a execução da despesa por Órgão/Entidade:

Órgão/Entidade	Empenho R\$	Liquidação R\$	Pagamento R\$
CECERJ	10.954,67	10.954,67	4.770,52
FENORTE	22.997,32	22.997,32	12.480,64
UENF	97.117,07	97.117,07	51.103,38
FAETEC	190.648,60	190.648,60	91.795,81
SEE	189.556,88	189.556,88	91.360,06
FESP	14.930,33	14.930,33	4.927,68
<b>TOTAL</b>	<b>526.204,87</b>	<b>526.204,87</b>	<b>256.418,09</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

#### Dos Programas de Trabalho utilizados

As despesas executadas pela SARE, oriundas da descentralização de créditos orçamentários efetuada pelos entes supramencionados, correram à conta dos Programas de Governo 0002-Gestão Administrativa e 0037-Educação Superior à Distância, que tratam da manutenção dos meios e equipamentos indispensáveis ao funcionamento da máquina administrativa e da implantação da infra-estrutura necessária ao funcionamento do Centro Universitário de Ensino à Distância, respectivamente.

#### Do mérito

A Lei nº 9394, de 20/12/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, considera em seu artigo 70, inciso V, como despesas de manutenção e desenvolvimento de ensino aquelas realizadas nas atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino.

É, nosso entendimento que as despesas tratadas neste item se enquadram neste conceito, razão pela qual serão consideradas como gastos em educação.

### **5.3 – FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOPREVIDÊNCIA**

Em atendimento ao solicitado por esta equipe no ofício INSP. ESP 03/03-SUE, o RIOPREVIDÊNCIA informou, através do ofício RIOPREVIDÊNCIA/DAF 105, de 29/04/03 (fls. 07 do anexo 5 – Doc. TCE-RJ nº 16.056-9/03), que as despesas realizadas na Função 12-Educação por aquela Autarquia, no exercício de 2002, referiram-se a gastos com inativos e pensionistas da Secretaria de Estado de Educação-SEE e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro-UERJ.

O total da despesa executada pelo RIOPREVIDÊNCIA no decorrer de 2002, na Função 12, montou a importância de R\$ 624.197.636,25, processada da forma abaixo:

	FONTE 00	FONTE 01	FONTE 10	TOTAL
EMPENHO EMITIDO	232.103.612,43	62.507.337,96	72.768.009,29	367.378.959,68
EMPENHO REFORÇO	330.540.220,65	32.150,76	11.424,88	330.583.796,29
EMPENHO ANULADO	(41.213.766,03)	(727.670,99)	(31.823.782,70)	(73.765.119,72)
DESPEZA EMPENHADA	521.430.067,05	61.811.917,73	40.955.651,47	624.197.636,25
DESPEZA LIQUIDADA	521.430.067,05	61.811.917,73	40.955.651,47	624.197.636,25
DESPEZA A LIQUIDAR	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPEZA PAGA	518.595.363,52	9.598.133,47	40.955.651,47	569.249.148,46
CRÉDITO DISPONÍVEL	2.340,95	667.731,27	23.328,53	693.400,75

Fonte: SIAFEM/RJ

Em análise efetuada no administrativo E-01/300.101/02, verificamos que o mesmo continha os resumos das folhas de pagamento de benefícios concedidos no exercício de 2002, referentes aos órgãos citados, no valor de R\$ 503.400.878,36, correspondente a 81% do total.

86

TCE/RJ  
Processo: 106.025-1/03  
Rubrica: 18 Fls.: 17

#### **Do mérito**

É nosso entendimento que as despesas realizadas, apesar de estarem vinculadas a profissionais de educação, não contribuem para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, pois representam despesas custeadas pelo órgão de previdência instituído para tal fim na Função 09-Previdência Social.

#### **5.4 – FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIÇO PÚBLICO - FESP**

Em atendimento ao solicitado por esta equipe no ofício INSP. ESP. 04/03-SUE, a FESP informou através do ofício FESP/RJ GP 732, de 16/04/03 (fls. 158 do anexo 6 – Doc. TCE-RJ nº 16.056-9/03), que as despesas realizadas por aquela Fundação na função 12, durante o exercício de 2002, referiram-se ao exame de suplência dos ensinos fundamental e médio, em conformidade com convênio firmado entre a Secretaria de Estado de Educação e a FESP, alocadas na Fonte 10 e distribuídas nos seguintes programas de trabalho:

- 1241.0412801664.123 - atendimento a demandas governamentais por processo seletivo
- 1241.1212200024.216 - pessoal e encargos da FESP

Em complemento ao referido ofício, a Fundação informou, através da CI FESP/RJ AUD 10, de 24/04/03 (fls. 159/161 do anexo 6 – Doc. TCE-RJ nº 16.056-9/03), que, durante o exercício de 2002, também foram empenhadas despesas nos programas de trabalho abaixo relacionados:

- 04.128.0166.4062.000 – desenvolvimento e difusão do conhecimento
- 04.128.0166.4121.000 – capacitação e atualização de servidores públicos

Não obstante o informado pela FESP, verificamos que a totalidade da despesa fixada para 2002 foi elaborada na função 12, conforme disposto na Lei Orçamentária do exercício.

TCE/RJ  
Processo: 106.025-1/03  
Rubrica: 18 Fls.: 18

Foram analisados os seguintes processos:

**E-01/503023/02 – R\$ 576,00**

Refere-se ao pagamento de diárias alimentação/pousada nos meses de abril e maio de 2002. Tais valores foram utilizados em visitas à sede da Fundação para reuniões com o Coordenador de Interiorização e durante o 4º Encontro de Tutoria dos cursos no Sistema de Educação a Distância. (fls. 163/168 do anexo 6 – Doc. TCE-RJ nº 16.056-9/03)

**E-01/506347/02 – R\$ 598.134,00**

Refere-se à conclusão do projeto de informatização de todas as fases do processo de aplicação das provas teórico-técnicas à habilitação de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação (CNH), de acordo com Cláusula Primeira do contrato de prestação de serviço celebrado entre a FESP e a Fundação Ricardo Franco em 30/11/01 (fls. 167/213 do anexo 6 – Doc. TCE-RJ nº 16.056-9/03)

**E-01/504354/02 – R\$ 37.700,00 (R\$ 7.540,00/mês)**

Refere-se à contratação de serviços gráficos para a confecção de cinco edições da Revista Publicação a favor da firma IMPRINTA EXPRESS Ltda. (fls. 214/228 do anexo 6 – Doc. TCE-RJ nº 16.056-9/03)

**E-01/500027/02-A – R\$ 2.004.568,00**

Refere-se ao pagamento de vencimentos e vantagens fixas aos servidores da Fundação.

**E-01/503657/02 – R\$ 6.000,00**

Refere-se ao convênio celebrado entre a FESP, o Rio Simples e o Comitê para a Democratização da Informática, objetivando a implantação de uma EIC-Escola de Informática e Cidadania destinada a atender às comunidades carentes na

TCE/RJ  
Processo: 106.025-1/03  
Rubrica: 8/ Fls.: 19

região metropolitana do Rio de Janeiro, através de programas educacionais na área de informática, utilizando as instalações do Rio Simples no prédio da Central do Brasil (fls. 229/240 do anexo 6 – Doc. TCE-RJ nº 16.056-9/03)

De acordo com despacho exarado às fls. 76 do administrativo em questão, o convênio foi cancelado. Às fls. 77, a Assessora de Planejamento e Orçamento, Sra. Graça Maria N. Tavares, informa que a despesa oriunda do mesmo foi cancelada por conta do Decreto de Encerramento do Exercício de 2002.

**E-01/505452/02 – R\$ 51.792,56**

Refere-se à contratação da Coopcentro para prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da FESP, bens, documentos e pequenos volumes em suporte às atividades da FESP/RJ, na capital e em outros municípios do Estado, para a realização do Exame Supletivo 2002, aplicação de provas, teóricas do DETRAN e de concursos públicos contratados por órgãos públicos no período de 06/12/02 a 31/01/03. (fls. 241/253 do anexo 6 – Doc. TCE-RJ nº 16.056-9/03)

De acordo com a documentação apresentada, durante o mês de dezembro, a Coopcentro atendeu às necessidades da FESP/RJ somente em relação ao Exame Supletivo, realizado nos dias 8 e 15 (fls. 254/255 do anexo 6 – Doc. TCE-RJ nº 16.056-9/03). A despesa naquele mês foi de R\$ 57.547,94, somados horas e quilômetros extras, previstos no instrumento contratual.

Faz-se à vinculação do citado administrativo à realização do Projeto Exame Supletivo, e considerando a natureza dos gastos envolvidos, esta equipe solicitou os demais processos relacionados ao Projeto bem como o montante dos gastos dispendidos com a realização do mesmo.

Através da CI-009/03, de 28/04/03, (fls. 256/257 do anexo 6 – Doc. TCE/RJ nº 16.056-9/03) a Assessora de Planejamento e Orçamento da FESP/RJ, Srª Graça Maria do Nascimento Tavares, mat. 723-7, encaminhou o resumo das despesas efetuadas com o Exame Supletivo bem como disponibilizou os respectivos administrativos, conforme segue:

TCE/RJ  
 Processo: 106.025-1/03  
 Rubrica: 8 Fls.: 20

#### DESPESAS EFETUADAS E PAGAS

PROCESSO	FORNECEDOR	OBJETIVO	VALOR. R\$
01/505.452/02	Cooncentro	Locação Viaturas	70.697,64
01/505.598/02	Benjamin Constant	Provas em Braille	8.893,80
01/505.752/02	Suderi	Loc. Espaço Físico	11.836,64
01/505.553/02	Fábr. Malas avião	Cons. Malotes	1.710,00
01/505.600/02	Babilack	Mat. Escritório	4.351,00
<b>TOTAL</b>			<b>97.489,08</b>

#### DESPESAS EFETUADAS E NÃO PAGAS

01/505.563/02	Imprensa Oficial	Conf. Provas	129.080,00
	<b>SUB TOTAL</b>		<b>129.080,00</b>
<b>TOTAL DESPESAS</b>			<b>226.569,08</b>

#### DESPESAS EFETUADAS COM PESSOAL - PAGAS

<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 1.955.874,50</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 2.182.443,59</b>

Da análise efetuada nos processos acima identificados, bem como os respectivos administrativos de pagamento, verificamos que a totalidade das despesas executadas pela FESP/RJ, na Função Educação, foi efetivada com recursos da Fonte 10 – Diretamente Arrecadados.

A seguir apresentamos o resumo dos gastos efetuados pela FESP, na Função 12, no exercício de 2002:

	<b>TOTAL</b>
<b>EMPENHO EMITIDO</b>	<b>2.057.893,17</b>
<b>EMPENHO REFORÇO</b>	<b>7.302.567,83</b>
<b>EMPENHO ANULADO</b>	<b>(574.319,44)</b>
<b>DESPESA EMPENHADA</b>	<b>8.786.141,56</b>
<b>DESPESA LIQUIDADA</b>	<b>8.754.257,41</b>
<b>DESPESA A LIQUIDAR</b>	<b>31.884,15</b>
<b>DESPESA PAGA</b>	<b>8.632.698,02</b>
<b>CRÉDITO DISPONÍVEL</b>	<b>412.104,11</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

#### Do mérito

Preliminarmente, ressaltamos que, a luz do art. 53, do Decreto Estadual nº 30.402/01, não há o que se falar em descentralização orçamentária, visto que a

TCE/RJ  
Processo: 106.025-1/03  
Rubrica: 8 Fls.: 21

FESP/RJ executou diretamente os serviços objetos do referido Programa, com recursos consignados em seu Orçamento.

A Constituição Federal dispõe, em seu artigo 212, que "a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultantes de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino." (grifo nosso).

Cabe observar que enquadram-se no citado dispositivo apenas os recursos oriundos da Fonte 00 – Ordinários Não Vinculados.

Isto posto, apesar do dispêndio efetuado com a realização do Exame Supletivo se constituir como efetiva aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, consideramos que os mesmos não se adequam ao dispositivo legal posto que foram realizados com recursos advindos da Fonte 10-Diretamente Arrecadados.

## **6 – DO ATENDIMENTO AO OFÍCIO GC-4 Nº 021/03**

Por ocasião da solicitação formulada através o Ofício GC-4 nº 022/03, de 01/04/03, alguns órgãos nele listados já estavam sendo objeto de exame em inspeções ordinárias, na forma abaixo apresentada, razão pela qual deixaram de constituir o escopo da presente, tendo sido o apurado cientificado à Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento – CAD, através do Memo nº 62/03 – SUE/SGE, de 08/05/03 (fls. 329/351 do anexo 6, Doc. TCE-RJ nº 16.056-9/03).

### **6.1 - Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMADS**

Os gastos realizados pela antiga SEMADS na função 12 – Educação, durante o exercício de 2002, foram objeto de exame na Inspeção Ordinária consubstanciada no Processo TCE-RJ nº 105.273-3/03, em tramitação neste Tribunal.

Apurou-se o seguinte: as despesas efetuadas ocorreram na fonte 004 através do Programa de Trabalho 12.128.0001.1868 – Educação Ambiental, totalizando o valor liquidado R\$ 699.134,54.

TCE/RJ  
Processo: 106.025-1/03  
Rubrica: 8 Fls.: 22

## **6.2 – Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP**

A 5ª Inspeção-Geral de Controle Estadual – 5ª IGE promoveu a verificação dos gastos em educação realizados pela EMOP, durante o exercício de 2002, através da Inspeção Ordinária formalizada no Processo TCE-RJ nº 105.701-0/03, em trâmite nesta Corte de Contas.

Ante o apurado, constatou a IGE que, dos R\$ 9.457.988,38 liquidados pela EMOP na função 12, apenas o montante de R\$ 1.719.990,62 foi executado na fonte de recursos 00, podendo ser considerada despesa aplicada em educação.

## **7 - CONCLUSÃO**

Considerando a solicitação de pronunciamento da Secretaria-Geral de Controle Externo acerca da natureza dos gastos realizados com Educação, no exercício de 2002, formulada pelo Exmo. Senhor Conselheiro Marco Antonio Barbosa de Alencar através do OFÍCIO GC-4 nº 022/03, de 01/04/03;

Considerando a utilização de recursos da Secretaria Estadual de Educação – SEE, por outros órgãos, cujas atividades-fim não contemplavam despesas alinentes à área de educação, em despesas que não relacionadas à manutenção e desenvolvimento do ensino, apesar de executadas na Função 12 – Educação;

Considerando a utilização de recursos próprios de órgão cujo orçamento foi elaborado na Função 12 – Educação mas que não atende ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando que os fatos apurados em sede de inspeções ordinárias, na forma descrita no item 6 deste Relatório, já foram cientificadas à CAD através do Memo nº 62/03 – SUE/SGE, de 08/05/03;



TCE/RJ  
Processo: 106.025-1/03  
Rubrica: 8 Fls.: 23

**SUGERIMOS:**

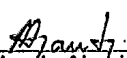
I - Seja dada **CIÊNCIA** do presente relatório ao Exmo. Sr. Conselheiro Relator Marco Antonio Barbosa de Alencar, tendo em vista o exame da Prestação de Contas de Gestão do Estado do Rio de Janeiro, referente ao exercício de 2002;


II - Que as despesas custeadas com recursos da Secretaria de Estado de Educação - SEE e executadas por outros órgãos, através da descentralização de créditos orçamentários, em desacordo com o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96, art. 70 e 71), na forma do descrito nos tópicos 5.3 e 5.4, cujos valores demonstramos no quadro a seguir, **não sejam consideradas no cômputo das despesas com educação, no exercício de 2002**, quando da verificação do cumprimento do limite estabelecido para ações e serviços de manutenção e desenvolvimento do ensino:

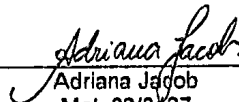
ÓRGÃO / ENTIDADE	TÓPICO DO RELATÓRIO	VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO 12 - EDUCAÇÃO		TOTAL
		A SEREM CONSIDERADOS	QUE NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS	
SEGAB	5.1	R\$ 895.491,00	R\$ 598.995,00	R\$ 1.492.486,00
SARE	5.2	R\$ 538.859,15	R\$ 44.460,87	R\$ 583.319,82
RIOPREVIDÊNCIA	5.3	R\$ 0,00	R\$ 624.197.636,25	R\$ 624.197.636,25
FESP	5.4	R\$ 0,00	R\$ 8.754.257,41	R\$ 8.754.257,41
TOTAL		R\$ 1.434.350,15	R\$ 633.593.349,33	R\$ 635.027.699,48

III - A **Ciência** à Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD quanto ao apurado neste Relatório de Inspeção Especial para a adoção das providências cabíveis.

À Consideração de V. Sª.  
Rio de Janeiro, 14 de maio de 2003.

  
Alexandre de Almeida Santos  
Mat. 02/2797

  
Heloisa Helena F. de M. G. Barbosa  
Mat. 02/2938

  
Adriana Jacob  
Mat. 02/3127

8

TCE/RJ  
Processo: 106.025-1/03  
Rubrica:     Fls.: 24

Senhor Subsecretário-Adjunto de Controle Estadual,

Reitero o informado anteriormente.

Assessoria da SUE, em 20/05/2003.

*Cristina de Campos Casanova*  
CRISTINA DE CAMPOS CASANOVA

Assessora-Chefe

Mat. 02/2904

Ratifico o informado pela Assessoria.

Elevo o presente à consideração da Senhora  
Secretária-Geral de Controle Externo.

Gabinete da SUE 20/05/2003.

*CA*  
CARLOS ALBERTO DA SILVA E SOUSA.

Subsecretário-Adjunto da  
Subsecretaria de Controle Estadual

Mat. 02/1670

TRIBUNAL DE CONTAS  
PROTOCOLO DA SGE  
20 MAIO 2003

NOME  
MATRÍCULA


*[Assinatura]*

TCE-RJ	106025.1/03
PROCESSO	
RUBRICA	A FLS 25

A SUE

O presente processo está em condições de prosseguimento.

CPG, em 14.5.2003

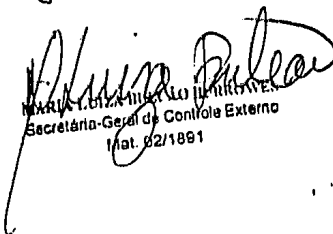
  
*Murilo de Azevedo Reis Leal*  
Coordenador da Coordenação de Setorial de Protocolo-Cient  
da CCA da SCA - TCE/RJ  
Matr.: 02/3348

RECEBIDA NA SUE  
EM 15.05.03  
RECEBIDA NA SUE  
RECEBIDA NA SUE  
RECEBIDA NA SUE

A CAD,

Preliminarmente, para  
ciência e manifestação, face  
o objeto do presente relatório  
de matéria pertencente à  
análise das Contas de Cestas  
do Governado / exercício de 2002.

Sgt, 22/05/03

  
MARIA T. B. ALMEIDA  
Secretária-Geral de Controle Externo  
Mat. 02/1891